

Lula bate de frente com Ibama sobre petróleo

“Parece contra o governo”, diz Lula, ao defender exploração

Por Karoline Cavalcante

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a cobrar, nesta quarta-feira (12), a autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para que a Petrobras realize pesquisas de exploração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas, na Margem Equatorial do Amapá. O órgão regulador exigiu esclarecimentos e complementações sobre o licenciamento ambiental da atividade de perfuração marítima. Em tom crítico, Lula afirmou que parece que o Ibama está agindo “contra o governo”. A declaração foi feita em entrevista à Rádio Diário FM, de Macapá.

Lula reiterou seu interesse na exploração, desde que antes seja realizada uma sondagem para avaliar a quantidade e a viabilidade do petróleo na região. Ele também classificou a Petrobras como uma empresa responsável do setor, garantindo que a estatal cumprirá todos os requisitos para evitar danos ambientais e destacou que a exploração poderá custear a “tão sonhada” transição energética.

“Não é que vou mandar explorar, mas quero que o petróleo seja explorado. Agora, antes de qualquer coisa, precisamos pesquisar. Temos que saber se há petróleo, qual a quantidade, porque muitas vezes você cava um buraco de 2 mil metros e não encontra o que imaginava”, explicou o presidente.

De acordo com Lula, está prevista para até a próxima semana uma reunião com a Casa Civil e com o Ibama para discutir a liberação das pesquisas. “É isso que nós queremos. Se depois a gente vai explorar, é outra discussão. O que não dá



Bruno Peres/Agência Brasil

Agostinho prevê resposta do Ibama somente após março

é para ficar nesse lenga-lenga, o Ibama é um órgão do governo parecendo que é um órgão contra o governo”, acrescentou o petista.

Depois de março

Nos bastidores, a frase de Lula gerou irritação entre os técnicos do Ibama. E pode acabar gerando nova crise na área ambiental. Oficialmente, porém, em resposta, o presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, tentou diminuir a fervura. Afirmou que está acostumado às pressões do ofício, mas que dificilmente uma resposta definitiva sobre a liberação será dada antes de março.

“Em dezembro, a Petrobras apresentou um novo plano de emergência, que está sendo analisado. Além disso, começou a construir uma base em Oiapoque (AP), a cerca de 170 quilômetros da área de exploração. Isso vai reduzir consideravelmente o tempo de resposta em caso de acidente. A base ficará pronta só no final de março, e por isso

algumas pessoas estão associando a licença à data de março. Dificilmente teremos alguma decisão antes disso”, explicou Agostinho ao jornal O Globo.

Margem Equatorial

O Plano Estratégico da Petrobras para o período de 2025 a 2029 prevê investimentos de US\$ 3 bilhões e a perfuração de 15 poços na Margem Equatorial, que abrange os estados do Amapá, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte. No entanto, em maio de 2023, a licença de prospecção marítima no bloco FZA-M-59, na bacia da Foz do Amazonas, foi negada pelo Ibama em função de um conjunto de inconsistências técnicas para a “operação segura em nova fronteira exploratória de alta vulnerabilidade socioambiental”.

Em outubro do ano passado, o órgão solicitou novamente o envio de esclarecimentos complementares sobre o Plano de Proteção e Atendimento à Fauna Oleada (PPAF) pois,

apesar de reconhecer avanços dos estudos apresentados pela Petrobras, ainda considerou necessários detalhamentos pontuais para a adequação integral do plano ao Manual de Boas Práticas de Manejo de Fauna Atingida por Óleo, “como a presença de veterinários nas embarcações e quantitativo de helicópteros para atendimento de emergências”.

Interferência política

A Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Ascema) demonstrou preocupação com as críticas de Lula e defendeu que o Ibama seja reconhecido como órgão de Estado e não fique sujeito a interferências políticas. “É inadmissível qualquer tipo de pressão política que busque interferir no trabalho técnico do órgão, especialmente quando se trata de uma decisão que pode resultar em impactos ambientais irreversíveis”, declarou a Ascema, em nota.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Marcos Oliveira/Agência Senado



José Augusto de Castro fala em reviravolta

Aço: concorrência entre exportadores vai aumentar

Presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro diz que a decisão de Donald Trump de impor taxa de 25% às importações de aço vai gerar uma briga de preços entre exportadores.

Cada produtor vai buscar reduzir sua margem de lucro para tentar obter um preço mais competitivo para o aço que manda para os Estados Unidos.

Segundo ele, a atitude do presidente norte-americano gera mais complicações do que o estabelecimento de tarifas específicas para determinados países.

Quando, como é o caso, a taxa é sobre um produto específico, afeta a vida de centenas de empresas no mundo. “Vai ser uma reviravolta na concorrência”, afirma, em conversa com o Correio Bastidores.

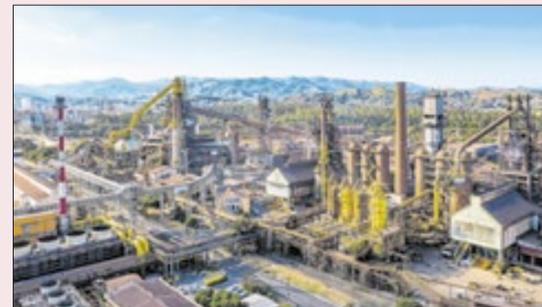
Corrida

Ele ressalta a necessidade de se obter mais informações, já que as medidas foram muito abruptas e entram em vigor no próximo mês. Ou seja, para escapar da taxa, os produtos têm que chegar aos Estados Unidos antes da data determinada por Trump.

Inflação

Frisa que isso também terá consequências no mercado deles: os EUA, por opção, não são autossuficientes em aço — saia mais barato importar. A taxa de 25%, lembra, deverá ter efeitos inflacionários. “Eles queriam aumentar a atividade econômica, não a inflação”, aponta.

Elvira Nascimento/Usiminas



Frete para os EUA é mais barato que no Brasil

Logística e impostos encarecem produtos

Segundo Castro, o chamado custo Brasil cria problemas para que produtores de aço daqui consigam reduzir muito seus preços.

Para o presidente da AEB, a incidência de impostos diretos e indiretos e as dificuldades logísticas colaboram de maneira decisiva para encarecer nossos produtos, já que a

mão de obra é barata.

“É mais caro levar aço de Minas Gerais para um porto brasileiro do que transportar o mesmo produto de navio para os Estados Unidos”, afirma.

A reforma tributária tende a aliviar o peso dos impostos, mas como sua implantação será muito gradual, não resolverá o problema imediato.

Dólar

Diz que a alta do dólar em 2024 também não deve favorecer exportadores brasileiros (o comprador passou a gastar menos na moeda norte-americana para importar a mesma quantidade de produtos). Lembra que o câmbio flutua e que o real recuperou parte do seu valor.

Alternativas

Ainda de acordo com Castro, não será fácil encontrar outros mercados para o aço brasileiro que vai para os EUA, já que a produção mundial — em especial, da China — é muito grande. Vê algumas possibilidades de vendas adicionais para países europeus.

Ascensão

O incêndio numa fábrica de fantasias deverá antecipar o aumento de escolas no Grupo Especial. Como as prejudicadas pelo fogo não serão rebaixadas, a ascensão seria uma forma de não inchar a Série Ouro. Em 2026, haveria cinco escolas por noite na primeira divisão.

Precariedade

O fogo reforça a precariedade de instalações e de condições de trabalho na grande indústria do samba carioca. O cadastro da Receita Federal revela que há duas empresas registradas no endereço, a Maximus Ramo e a SM-TEX: ambas estão oficialmente inativas.

Galípolo sinaliza para mais inflação e juros altos

Por Karoline Cavalcante

O presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, declarou nesta quarta-feira (12) que o Brasil está “caminhando para um patamar bastante elevado do ponto de vista de aperto monetário”. A declaração foi feita durante um seminário promovido pelo Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças (IEPE/CdG), no Rio de Janeiro.

Segundo Galípolo, esse cenário implicará um período em que a inflação continuará a ser um fator de desconforto para os brasileiros no curto prazo. Ele ressaltou que a expectativa é que a inflação permaneça acima da meta de 3% estabelecida pelo Comitê Monetário Nacional (CMN), com uma margem de tolerância de até 4,5%. “É um momento desconfortável para as empresas e famílias, pois a inflação deve seguir em um patamar desconfortável, fora da meta, repercutindo todos os efeitos do passado. Espera-se que a política monetária comece a fazer efeito gradativamente, apresentando um processo de desaceleração”, explicou o presidente da autarquia.

Para ele, o Brasil “praticamente gabaritou” todos os itens para se interromper o ciclo de flexibilização e iniciar um ciclo



Jose Cruz/Agência Brasil

Galípolo: desconforto com inflação vai continuar

de alta de juros, citando as pressões inflacionárias, somadas às questões de impacto climático e a desvalorização da moeda ao longo de 2024.

A primeira reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central da na gestão de Galípolo, elevou em janeiro deste ano, a Selic (taxa básica de juros) em um ponto percentual, para 13,25% ao ano. A mesma reunião sinalizou que haverá novo aumento, para 14,25%, em março.

Consertar os juros?

Apesar de claramente Galípolo sinalizar que a política monetária não deve mudar com a perspectiva de alta da inflação, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), voltou a responsabilizar o ex-presidente do BC, Roberto Campos Neto, pelas altas consecutivas e afirmou que o gestor anterior “teve um comportamento anti-Brasil”. Segundo ele, Galípolo vai consertar os juros, mas precisa de tempo.

“Tenho certeza de que o Gabriel Galípolo vai consertar a taxa de juros neste país. Temos de dar a ele o tempo necessário para fazer as coisas. Ele não poderia entrar e dar um cavalo de pau. É preciso que vá com cuidado para que a gente não tenha uma trombada”, afirmou, em entrevista à Rádio Diário FM, de Macapá, nesta quarta-feira (12).

Caminho errado

Na avaliação do economista Igor Lucena, a política fiscal expansionista do governo — que aumenta os gastos públicos ou reduz os impostos — em conjunto com a política restritiva do Banco Central — ações para diminuir a oferta de moeda —, é o receita básico para a economia dar errado. De acordo com ele, o BC não pode resolver a inflação sozinho, o governo também precisa cuidar do problema fiscal.

“A partir do momento em que você continua gastando no fiscal, você aumenta as taxas de juros para combater a inflação, o custo da dívida aumenta, a atividade econômica cai ainda mais”, iniciou Lucena. “O grande ponto é, como é que se resolve isso: só tem uma maneira, resolver no fiscal. O Banco Central sozinho não resolve”, completou.